

ajuda a reativação

O governo não

"Trocamos figurinhas, mas o governo ficou com as carimbadas e nós com as mixurucas." Com essa frase, o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, resumiu os resultados da reunião mantida ontem com o ministro Delfim Neto: o governo nada fará para ajudar a reativação do setor industrial, sequer propiciando uma queda dos juros.

Em consequência, o crescimento da produção industrial será "muito baixo", entre 3% e 4%, com uma queda da ordem de 10% para o setor de bens de capital, que no ano passado já apresentou uma expansão de -11,3%.

Vidigal foi almoçar com Delfim, em companhia de outros dois diretores da Fiesp, Cláudio Bardella e Paulo Francini. Conforme Bardella, a situação mais crítica é a do setor de bens de capital, cujo nível de ociosidade é o mais elevado desde a sua implantação. Ele acredita que, se não houver uma providência no sentido de oferecer encomendas, deverá aumentar o desemprego. Frisou que, nestes dois primeiros meses, a expansão da indústria foi insignificante.

Disse que o projeto Carajás somente terá condições de colocar algumas encomendas no segundo semestre do próximo ano ou na primeira metade de 1984. Mas, até lá, não se vislumbram dias melhores para a indústria.

Para Cláudio Bardella, o encontro com Delfim foi positivo na medida em que os problemas foram colocados com bastante franqueza de lado a lado, porém foi pobre em resultados, tendo em vista que nada de concreto foi acertado. Delfim apenas se comprometeu a acolher as sugestões dos empresários, desde que estas não contrariem a política de combate à inflação e de equilíbrio do balanço de pagamentos.

No que diz respeito à redução dos juros internos, um dos principais assuntos da conversa, o ministro do Planejamento permaneceu firme na sua opinião de que nada pode ser feito, sem levar em conta a prioridade concedida pelo governo à entrada de recursos externos.

Mas, nesta questão, os empresários também não pretendem recuar. Ontem, anunciou-se no Rio que o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco, deverá liberar esta semana um estudo elaborado pela entidade, sugerindo modificações na política de juros.

O próprio Bardella informou ontem que, no próximo dia 9, o Conselho Superior de Economia da Fiesp vai aprovar documento a ser encaminhado ao governo, contendo várias sugestões destinadas a reduzir o custo do dinheiro.

Uma delas, conforme adiantou Luís Eulálio Vidigal, será um alívio no controle quantitativo do crédito. Outra é que o governo autorize as empresas que tomarem recursos externos, quer diretamente através da Lei nº 4.131, quer indiretamente, via Resolução 63, a saldarem estes débitos utilizando ORTNs, cuja variação se tem mantido próxima à evolução da taxa cambial.

A Fiesp deverá insistir também na necessidade do contingê-

Esta posição foi manifestada pelo ministro Delfim Neto, que também não vê possibilidade de redução dos juros.

ciamento do crédito, pelo qual as empresas seriam obrigadas a tomar a metade de suas necessidades de recursos no Exterior e a outra metade dentro do País, conferindo-se às estatais a obrigação de levantar uma maior soma de dinheiro no Exterior, liberando, portanto, mais cruzeiros para o setor privado.

Os industriais continuarão pressionando ainda para a redução do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), mesmo admitindo que o governo não se dispõe a abrir mão desta receita, inclusive por força dos compromissos do orçamento fiscal com o orçamento monetário.

"Política anti-social"

Em Belém, o presidente do Conselho Administrativo do Banco Itaú, deputado Herbert Levy, ao inaugurar ontem mais uma agência de seu estabelecimento, classificou a política monetária de anti-social e pediu a redução dos juros. Na mesma cerimônia, o arcebispo de Belém, d. Alberto Ramos, lembrou que, ao contrário de outros padres, jamais se negou a benzer agências bancárias. Na sua opinião, a existência de grande número de pessoas humildes em frente aos bancos "é sinal de que banco não é agência de capitalismo".

Herbert Levy advertiu que a política monetária está prejudicando a produção agrícola e industrial, reduzindo a oferta de empregos. "Os administradores financeiros sabem perfeitamente que o elevado custo do dinheiro trará a descapitalização e, depois, a insolvência, que provocará problemas muito mais graves".

Decisão adiada

Em Porto Alegre, o presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Sérgio Schapke, afirmou que o governo deveria adotar medidas de estímulo aos negócios após o carnaval, mas "a decisão foi adiada em decorrência da ligeira recuperação que já se nota e do crescimento do ritmo inflacionário".

Ele confirmou que "está cada vez mais difícil repassar os custos financeiros". Pesquisa realizada pela Federação indica uma queda global nas vendas de 16,2% no ano passado; o pessoal ocupado caiu 3,9% e o consumo de energia nas indústrias esteve 2,9% abaixo de 1980. Somente um índice mostrou-se positivo: as despesas financeiras cresceram 13,6%.

Um levantamento sobre as perspectivas deste ano mostra que 60% das empresas consultadas deverão estabilizar o nível de suas atividades; 18% manifestaram intenção de expansão, e 17% de retração.

A mesma pesquisa permite estimar um nível de utilização da capacidade de produção abaixo de 75%. A conclusão de Sérgio Schapke é que, "mesmo não se prenunciando um agravamento da situação, é inegável a tendência de estabilidade e de leve melhoria com relação a 1981, porém ainda inferior ao desempenho de 1980". Ele revelou-se preocupado com o mau uso da poupança interna por "uma econometria calcada em necessidades orçamentárias federais, ao que parece nunca satisfeitas em função de crônicos déficits".

VÁRIC

CAPE TOWN - todas as 5.º pelos DC10-30.

VÁRIC